

RESSONÂNCIAS EDUCATIVAS DE UM CONCEITO PSEUDOCIENTÍFICO: “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA¹

Mg. Cristiana de França Chiaradia
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
cristifranca@hotmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2598-307X>

Mg. Luan Carpes Barros Cassal
Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil
luancassal@gmail.com
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4237-3270>

Recibido el 30 de octubre de 2018

Aceptado el 21 de diciembre de 2018

Resumo

Este artigo visa discutir as ressonâncias do conceito pseudocientífico chamado de “Ideologia de Gênero” na educação brasileira. Para isto, tomamos dois focos de análise, um formal e outro não formal. Assim, na educação formal, vamos discutir consequências da retirada da orientação sexual do currículo escolar e sua afetação nos diferentes níveis do ensino. Na educação não formal, discutiremos a censura de determinadas obras ou mostras artísticas, usando um discurso de proteção às crianças e adolescentes. A socialização desta categoria se dá através das mídias sociais, ignorando a produção acadêmica das últimas décadas sobre teorias de gênero e sexualidade e de forma viral e violenta assume o lugar de novo dogma cristão e vem afetando as subjetividades.

Palavras chave: Subjetividade, Educação, Pseudociência, Sexualidade, Gênero.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

EDUCATIONAL RESONANCES OF A PSEUDOSCIENTIFIC CONCEPT: "GENDER IDEOLOGY" AND SEXUALITY IN THE BRAZILIAN SOCIETY

Abstract

This article aims to discuss the resonance of the pseudoscientific concept known as "Gender Ideology" in the Brazilian educational system. For this purpose, we used two focuses of analysis: formal and non-formal educations. In formal education, we will discuss the consequences of the removal of sexual orientation from the school curriculum and its effects at different levels of education. In non-formal education, we will discuss the censorship that certain works of art or artistic exhibitions have suffered, based on a discourse of protection towards children and teenagers. The socialization of this category occurs through social media, ignoring the last decades of academic production on theories of gender and sexuality. I argue that -in a violent way- it takes the place of a new Christian dogma that has been producing subjectivities.

Keywords: Subjectivity, Education, Pseudoscience, Sexuality, Gender.

RESONANCIAS EDUCATIVAS DE UN CONCEPTO PSEUDOCIENTÍFICO: "IDEOLOGÍA DE GÉNERO" Y SEXUALIDAD EN LA SOCIEDAD BRASILEIRA

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir las resonancias del concepto pseudocientífico llamado "Ideología de Género" en la educación brasileña. Para ello, tomamos dos focos de análisis, uno formal y otro informal. Así, en la educación formal, vamos a discutir las consecuencias de la retirada de la orientación sexual del currículo escolar y su efecto en los diferentes niveles de la enseñanza. En la educación informal, discutiremos la censura de determinadas obras o muestras artísticas, usando un discurso de protección a los niños y adolescentes. La socialización de esta categoría se da a través de los medios sociales, ignorando la producción académica de las últimas décadas sobre teorías de género y sexualidad y de forma viral y violenta asume el lugar de nuevo dogma cristiano y viene afectando a las subjetividades.

Palabras clave: Subjetividad, Educación, Pseudociencia, Sexualidad, Género.

Cómo citar este artículo:

Chiaradia, C., Cassal, L. C. B. (2019). "Ressonâncias Educativas De Um Conceito Pseudocientífico: "Ideologia De Gênero" E Sexualidade Na Sociedade Brasileira", en *Perspectivas de la Comunicación*, Vol. 12, N° 1. pp. 227-258.

Introducción

Numa noite de segunda-feira de 2016, após o horário de expediente, alguns moradores de Niterói (Brasil) encontraram um folheto, de impressão doméstica, em suas caixas de correio. O papel denunciava a tentativa de doutrinação das crianças nas escolas por ateus comunistas que queriam discutir “Ideologia de Gênero” nas escolas. O panfleto fala ainda do bom povo de Deus que conseguiu, através da bancada religiosa da Câmara dos Vereadores, barrar esse tema no Plano Municipal de Educação (PME), impedindo seu debate nas escolas, e que é preciso pressionar o prefeito para que seja aprovado sem alterações. Um pedaço de papel que descreve a articulação entre conhecimentos pseudocientíficos sobre educação, discursos religiosos e exercícios político-institucionais². Os conceitos pseudocientíficos produzem grandes riscos à sociedade, na medida em que disputam uma posição de verdade com as ciências estabelecidas. Esta é a nova realidade brasileira que tem nos permeado efusivamente nos últimos cinco anos³.

“[...] se ha de prestar especial atención a los discursos pseudocientíficos, a su evolución e impacto en nuestra sociedad- red con el fin de elaborar estrategias que permitan su neutralización y eviten los efectos tóxicos que puedan tener en el conjunto de la ciudadanía, facilitando cuanto menos que cualquier forma de discurso de índole sectario-religioso-mítico se someta a discusión para que todo aquel que se acerca a su debate pueda elaborar por sí mismo una opinión crítica” (López Cantos, 2017: 367)

É, portanto, urgente colocar em análise os discursos e práticas que promovem e disseminam questões pseudocientíficas (López Cantos, 2017; López Cantos; Millán Yeste, 2018). No que diz respeito à expressão “Ideologia de Gênero” e sua circulação no campo educacional, trata-se de uma série de discursos de características religiosas e conservadoras, fundamentado na fé cristã, defende uma formação familiar tradicional e uma educação hierárquica fundada na transmissão linear de conhecimento. Para tanto, convoca práticas que impossibilitem o debate público e democrático, esforçando-se para sabotar as tentativas de afirmação dos direitos e temas ligados a gênero e sexualidade. Mais especificamente, este pseudoconceito científico nega os conhecimentos acadêmicos produzidos e sua proliferação ressoa nos estabelecimentos educativos, religiosos, políticos e

2 O prefeito, então candidato à reeleição em 2016, vetou a censura aos temas de gênero, orientação sexual e diversidade sexual presente no PME. Entretanto, o veto foi derrubado pela Câmara dos Vereadores em segunda votação. Recentemente, o artigo do PME que prevê a censura ao tema foi declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. <https://www.conjur.com.br/2018-set-10/tj-rj-suspende-regra-municipal-proibe-ensino-genero>. Acessado em 22 de outubro de 2018.

3 Este marco se cotidianizou após a aprovação do Plano Nacional de Educação que retirou a Orientação Sexual como um tema transversal na educação básica formal. Para entender melhor como aconteceu a retirada da Orientação Sexual do currículo, ver: Nascimento e Chiaradia (2017).

culturais, em uma incessante procura pelo que se chamaria “Ideologia de Gênero”⁴ (“IdG”).

Um forte veículo informativo dessas ideias, nos últimos anos, são as redes sociais, que é o segundo meio de informação mais popular no país, só perde para a televisão⁵. Segundo Martins (2018), no primeiro semestre deste ano 62% dos brasileiros, perfazendo 130 milhões, usam redes sociais. Nestas redes, discursos conservadores de defesa da família, da nação e da moral cristã, se utilizam de vídeos, charges, “memes” e pequenos textos, com ares de denúncia incitando a população a ser contra a “Ideologia de Gênero”.

As famílias são convocadas para protestos virtuais e presenciais com objetivo de proibir a equidade entre os gêneros e, ainda, não respeitar a diversidade sexual. Assim, este contexto vem produzindo subjetividades que temem a diversidade sexual e de gênero, criando verdades normalizadoras que compreendem as sexualidades e a pluralidade como algo perigoso e ameaçador. Deste modo, há uma retomada da ideia preconceituosa que o conhecimento sobre sexualidade geraria práticas antecipadas e inadequadas, num retorno a um velho mito que foi tão combatido nos debates sobre a AIDS na década de 1990.

Pseudociência x ciência

Para compreendermos as condições em que a “Ideologia de Gênero” ganha a atual força no cenário nacional, é importante recuperar o movimento autointitulado como “Escola Sem Partido”. Conforme explicam Santa-Bárbara, Cunha e Bicalho (2017: 106), seus fundadores contam que este teve início em 2004 e que teria “[...] dois objetivos: combater o uso do sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários e defender o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos”. Esses autores discutem que, a partir de 2014, políticos ligados ao movimento propuseram projetos de lei que impeçam a discussão de conteúdos específicos em sala de aula – inclusive gênero e sexualidade. Frigotto analisa os objetivos a longo prazo de tais movimentações:

“O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. (Frigotto, 2017: 29)”.

4 Utilizamos as aspas, da mesma maneira que fazem Junqueira (2017) e Cassal e Marinho (2016), com objetivo de questionar o sentido e estatuto de verdade geralmente atribuídos a esta expressão; dessa maneira, desde já afirmamos que se trata de um conceito pseudocientífico, a ser descrita nas próximas páginas. Além disso, utilizaremos a sigla “IdG” para facilitar a leitura do texto.

5 Segundo os dados apresentados pela Secretária de Comunicação (Secom) da Presidência da República na Pesquisa Brasileira de mídia 2016 sobre hábitos de consumo de mídia pela população brasileira, o meio de comunicação mais utilizado para se informar sobre o que acontece no país é o seguinte: televisão com 63%, internet 26%, rádio 7%, jornal 3%, outros. Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>, acessado em 20 de outubro de 2018.

O debate de "IdG", circunstancialmente, ganha corpo com a movimentação dessa "Escola Sem Partido". Por outro lado, sua pauta foi organizada ao longo de décadas por discussões internacionais de embasamento cristão conservador, nos quais debruçaremos com maior atenção. A expressão "Ideologia de Gênero", como explica Junqueira (2017), foi cunhado como uma contraofensiva do Vaticano às decisões progressistas da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento do Cairo de 1994 e a Conferência Mundial de Mulheres de 1995. A primeira aparição do sintagma "Ideologia de Gênero" é provavelmente de 1997, por um religioso belga, e consta em documentos oficiais da Igreja Católica no ano seguinte. Ao longo de duas décadas, houve um esforço tanto em difundir pânico moral através de diferentes estratégias de comunicação, quanto para reduzir as complexidades de um vastíssimo campo de estudos e intervenções em uma suposta teoria rasa e unitária, bem como concentrado na desqualificação e acusação das pesquisadoras e pesquisadores destas temáticas. Instituições religiosas usam desse pseudoconceito científico para desqualificar a produção que é de fato científica.

"Así, las pseudociencias hacen un uso eficiente de las estrategias retóricas y las tecnologías comunicativas contemporáneas, en combinación con el frecuente recurso a apoyos y credenciales aparentemente científicas en busca de legitimidad y superioridad moral y epistemológica frente a la que denominan ciencia oficial" (López Cantos; Millán Yeste, 2018: 318)

Não satisfeito com o governo dos comportamentos e pensamentos dos fiéis, em 2012, o Papa chancelou este posicionamento de perseguição às discussões e temáticas de gênero e sexualidade na educação e na pesquisa científica. As investidas ficaram cada vez mais amplas, além de valerem-se da articulação com diferentes atores e instituições em diferentes regiões do mundo, conforme os arranjos locais (Junqueira, 2017). Mais especificamente,

"[...] percebe-se que se formou uma aliança composta por evangélicos e católicos mais ortodoxos, quando não fundamentalistas, bem como organizações conservadoras/reacionárias que defendem o que chamam de família e costumes tradicionais, unidas em divulgar e disseminar informações distorcidas para impedir que se alcance a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual, conforme vem sendo ratificado internacional e nacionalmente há décadas com a intenção de diminuir as discriminações e as violências baseadas em gênero" (Reis; Eggert, 2017, p.18)

As décadas de produção acadêmica em torno das relações e identidades de gênero, das sexualidades e suas diversidades, dos exercícios autônomos e consentidos sobre corpos e prazeres, foram submetidas a uma única expressão reducionista, divulgada em publicações panfletárias, comunicações não-formais, palestras em instituições fechadas como igrejas e conferências religiosas.

Compromisso não com o debate ou a produção de conhecimento, mas a afirmação autoritária de um único projeto de mundo possível – em que não se interroga sobre as relações entre corpo, gênero e sexualidade. As forças conservadoras produzem, assim, algo que nem parece possível nos variados campos de estudos em gênero e sexualidade: uma suposta unidade. Esse esforço convenientemente atende à necessidade de ocultar sua própria pauta: “A polícia do gênero vigia o berço dos seres vivos que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma faz sua ronda em torno dos corpos frágeis. Se você não for heterossexual, a morte o espera” (Preciado, 2013: web).

Estratégias são feitas para questionar a produção de conhecimento, com objetivo de difundir ignorância ou confusão; como explica Proctor (2008), isso pode configurar-se através de estudos financiados para desestabilizar as certezas e as seguranças já admitidas pela ciência (como, por exemplo, estudos financiados pela indústria tabagista para duvidar dos malefícios do cigarro à saúde humana) e até mesmo na desqualificação das instituições e de seus pesquisadores, em debates que não discutem o conhecimento mas a moralidade. A desqualificação ficou especialmente evidente na última visita da filósofa estadunidense Judith Butler ao Brasil, em 2017, na qual foi hostilizada por manifestantes conservadores não apenas nos espaços de conferências, mas em uma abordagem especialmente agressiva contra ela no aeroporto de São Paulo, quando partia do país. Entre os gritos e placas, Butler foi acusada de ser pedófila, assassina, demoníaca e de propagar a dita “Ideologia de Gênero” (Balieiro, 2018).

O evento no aeroporto foi o ápice de um processo que tentou evitar a participação da pesquisadora no Simpósio Internacional “Os Fins da Democracia”, ocorrido entre 7 e 9 de novembro de 2017, em São Paulo. Grupos conservadores tentaram impedir a participação de Judith Butler no simpósio, atuando através das redes sociais com uma petição anônima ao SESC Pompéia (organizador do evento), com mais de 80 mil assinaturas, solicitando o cancelamento de sua palestra ou através de centenas de avaliações negativas à entidade promotora⁶. Ainda assim, ela participou do evento, que contava com outros eminentes pesquisadores internacionais. Porém, o foco da campanha foi especificamente contra a sua presença, aparentemente calcada em uma deturpação do seu conceito de performatividade de gênero (Butler, 2010, 2001) que concebe gênero como uma construção a partir do atuar humano, não natural (como o concebe o senso comum e as teorias conservadoras sobre o assunto), o que fez com que os citados grupos a nomeassem como “a criadora da ideologia de gênero” (Revista Veja, 2017: Web).

⁶ As avaliações negativas geraram uma resposta de milhares de avaliações positivas à entidade neste mesmo período. (Revista Cult, 2017: Web)



Figura 1 – Cartaz de mobilização para ato contra Judith Butler em São Paulo⁷

A “IdG” é enunciada como um insulto, a acusar tanto as pessoas que trabalham e pesquisam estas temáticas quanto o conhecimento, as ferramentas e as intervenções produzidas. Mais ainda, a ofensa articula categorias criminais, morais e religiosas em um mesmo sintagma. A disputa que se faz não é científica, mas moralizante, e intencional; pouco importa o conhecimento produzido, o objetivo é silenciar e desautorizar.

Nessa perspectiva, vem se instituindo uma prática de que as discussões sobre gêneros, sexualidades, corpos, prazeres e direitos simplesmente não devem existir. O discurso da “Ideologia de Gênero” cria uma fantasia que impede, de antemão, o acesso ao que de fato se produz nessas temáticas. A ignorância é ativamente produzida, tanto na criação da farsa quanto na censura às discussões.

Mais alguns exemplos desta estratégia são facilmente encontrados na internet, ao digitar “Ideologia de Gênero” em um mecanismo de busca:



Figuras 2⁸ e 3⁹ Cartazes de campanhas virtuais contra a “Ideologia de Gênero”

São convocações vagas, disparadas através das redes sociais, que posicionam a suposta família e a também suposta “IdG” como pólos opostos, inimigos

7 <https://goo.gl/KETDnD> Acessado em 13 de dezembro de 2018.

8 <https://goo.gl/ynwn3t>. Acessado em 24 de outubro de 2018.

9 <https://goo.gl/J1RFN6>. Acessado em 24 de outubro de 2018.

inconciliáveis. Trata-se de uma montagem sem correspondência ou compromisso com o que, de fato, é produzido no campo de estudos e intervenções.

“É preciso sublinhar que tais sintagmas não são conceitos científicos: são grotescas formulações paródicas ou até fantasmáticas que, porém, atuam como poderosos *dispositivos retóricos reacionários*, eficazes na promoção de polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais” (Junqueira, 2017: 223, grifos do autor). Os discursos em torno de “Ideologia de Gênero” são proferidos em espaços sem compromisso com a produção de conhecimento, mas centrados na disputa de opiniões (como as redes sociais) ou na afirmação de uma verdade (como as atividades religiosas). Como analisa Rodriíguez Rondón (2017), a “IdG” é uma prática de nomeação que apela para as emoções como modo de fazer política, enquanto localiza um inimigo policéfalo que representa um Outro vago, difuso e perigoso. Estes discursos apresentam a infância e a família como estruturas naturais e imutáveis, que estariam ameaçadas pela “Ideologia de Gênero”. Ora, esta caracterização contraria as conclusões de, para citar alguns exemplos, Ariès (1981), Freitas (2001) e Foucault (1999; 2010). O que estes autores destacam, cada um à sua maneira, é que há um sistema já imposto em torno de sexualidade, gênero e relações, que em diferentes campos de estudo esforçam-se em perceber, explicar e interrogar.



Figura 4¹⁰: Crítica aos discursos sobre “Ideologia de Gênero” da cartunista Laerte

A noção de natureza em uso nestas condições seria tão frágil que estaria ameaçada por supostos dispositivos curriculares, nas escolas e espaços culturais, e tão valiosa que defender-se-ia a qualquer custo. Como se a defesa àquilo estabelecido como natureza fizesse, da própria ação, natural, e da outra, anti-natural.

10 <https://goo.gl/uWNdvA>. Acessado em 24 de outubro de 2018.

Não se trata de uma disputa entre diferentes ramos ou projetos científicos divergentes, e sim de um projeto de erradicação da possibilidade de debate. “O perigo maior que oferecemos não é discutir gênero e sexualidade nas escolas, mas abalar as estruturas do que conhecemos como escola, infância e corpo” (Cassal; Marinho, 2016: 327). Se o suposto binarismo dos sexos e a imaginada continuidade sexo-gênero-orientação-identidade seriam naturais e espontâneos, no que as práticas de educação interfeririam? Trata-se de um enorme esforço para manutenção (em última análise, através de produção e reprodução) das regras de gênero e de família.



Figura 5¹¹: Cartaz de campanha virtual contra a “Ideologia de Gênero”

O que diversas produções nos estudos de gênero pontuam, entretanto, é que categorias tomadas como naturais precisam ser questionadas – o que é diferente de simplesmente negá-las. Como explica a bióloga Anne Fausto-Sterling, (2001), a disputa em torno do conceito de sexo recorta categorias da biologia em uma matriz dualista arbitrária, uma operação fundada pela incessante busca de uma resposta dicotômica sobre a natureza dos corpos, da vida e da sociedade. Dessa forma,

“[...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo” (Fausto-Sterling, 2001: 3).

De fato, a autora explicita que a essencialização das categorias de sexo e gênero produzem ações humanas que interferem na materialidade dos corpos desde o nascimento: estímulos diferenciados se um bebê é identificado como masculino ou feminino, constrói determinados percursos de desenvolvimento, em detrimento de outros. Mais ainda, corpos que não cabem às dicotomias auto-evidentes são marcados como anormais, sendo corrigidos, excluídos ou erradicados.

No mesmo sentido, Paul Preciado afirma a centralidade do corpo na produção dos gêneros: “O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico” (Preciado, 2014: 29). Isso significa que há uma dimensão constitutiva da matéria na vivência dos gêneros. Entretanto, não se trata de um

¹¹ <https://goo.gl/5rNnc7>. Acessado em 24 de outubro de 2018.

percurso pré-programado no organismo. O que as produções científicas (especialmente feministas) indicam é a multiplicidade de trajetórias, em contraponto à normalização, qual seja: “Uma matriz heterossexual [que] delimita os padrões a serem seguidos e, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem não apenas os corpos que se conformam às regras de gênero e sexuais, mas também aos corpos que as subvertem” (Louro, 2004: 17).

Nessa perspectiva, os estudos de gênero reposicionam a norma, não como algo a ser destruído, mas a ser considerado como um caso possível dentre inúmeros. Ao mesmo tempo, este complexo campo de estudos não possui um ponto estável de convergência. Como explica Donna Haraway (2004), durante todo o século XX o conceito de gênero foi alvo de divergências teóricas, metodológicas e políticas na produção científica:

“Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para ‘sexo’ e ‘gênero’ são parte da história política das palavras. Os significados médicos acrescentados a ‘sexo’ se somam progressivamente a ‘gênero’, no inglês, através do século vinte. Significados médicos, zoológicos, gramaticais e literários têm, todos, sido contestados pelos feminismos modernos. Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais de gênero apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo e seus consequentes discursos libertários e de oposição.” (Haraway, 2004: 209-210).

Assim, a luta contra a “Ideologia de Gênero” (ou seja, a luta dos movimentos conservadores) não é em defesa da ciência, da infância ou da família; de fato, é para produzir uma sociedade com contornos extremamente definidos. Suas estratégias, cada vez mais articuladas com o “Escola Sem Partido”, opera através de um jogo de censura aos profissionais de educação, ciência e cultura e, ao mesmo tempo, com a produção de pânico nas famílias para que se mobilizem.



Figura 612: Cartaz de campanha virtual contra a “Ideologia de Gênero”

Mais ainda, é parte de um esforço gigantesco, que já dura séculos, em que pastores do corpo, da alma e da subjetividade pleiteiam seu projeto de mundo ao custo das vidas e mortes das populações. Uso político da vida para gestão das populações e, mais especificamente, produção da norma familiar como conhecemos hoje, como

12 <https://goo.gl/42dwTE>. Acessado em 24 de outubro de 2018.

discute o filósofo francês Michel Foucault ao estudar a masturbação no dispositivo de sexualidade.

“Culpabilização, por conseguinte, desse espaço mediano e malsão da casa, muito mais que da criança, mas que remete, em última instância, à culpa dos pais, pois é porque os pais não querem cuidar diretamente dos filhos que esses acidentes podem se produzir.[...] *Afinal de contas, era só os pais estarem presentes e abrirem os olhos.* Nessa medida, naturalmente, o ponto de chegada [...] é o questionamento dos pais e da relação entre pais e filhos no espaço familiar” (Foucault, 2010: 213-218, grifo nosso).

Gênero, corpo e sexualidade são pautas prioritárias daqueles que dizem enfrentar a “IdG”, pois o fazem com seus parâmetros e interesses produtivos. É uma disputa em que se afirma um projeto de sociedade, fundado na impossibilidade de debate, divergência ou diferença. Todos aqueles e aquelas que não se posicionam no mesmo lado, estariam debaixo de um guarda-chuva mágico da “Ideologia de Gênero”, que ninguém adotou. Com isso, ganham visibilidade e popularidade; angariam diferentes forças e instituições para lutar a seu favor, com uma pauta que parece afirmativa, da defesa, mas que implica em repressão e violência, porque funda-se, de fato, em criar um ponto adversário (a Ideologia de Gênero) para ser contra.

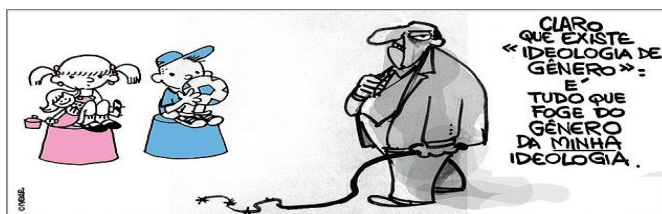


Figura 7¹³: Crítica aos discursos sobre “Ideologia de Gênero” da cartunista Laerte

Na medida em que não existe uma teoria acadêmica ou projeto científico que se auto intitule “Ideologia de Gênero”, com objetivo de destruir a família, os movimentos conservadores usam essa expressão como e quando convém, na tentativa de eleger inimigos para poder destruí-los, ao mesmo tempo em que negam qualquer produção científica.

“[...] los discursos pseudocientíficos ocupan el espacio público aparentando ser útiles y científicamente válidos. Sin embargo, son contenidos que pueden resultar muy tóxicos y un problema de salud pública y, en caso de que hayan de tener cabida en los medios de comunicación, especialmente los públicos, habría, cuanto menos, que tratarlos desde una perspectiva mucho más crítica y científicamente responsable. (López Cantos; Millán Yeste, 2018: 326)

13 <https://goo.gl/ZPMhPf>. Acessado em 24 de outubro de 2018.

Os inimigos eleitos pelo discurso da “IdG” são aqueles que produzem conhecimento científico sobre corpo, gênero e sexualidade, e seus discursos de ódio e produção de ignorância, disseminados nas redes sociais, produzem efeitos perversos. Essas situações foram materializadas nos ataques contra duas professoras da Universidade de Brasília (UnB), uma das maiores do país. Tatiana Lionço sofre um longo processo de perseguição política que envolve calúnias, difamações e ameaças desde que uma palestra sua no IX Seminário LGBT¹⁴ do Congresso Nacional, de 2012, foi gravada, editada e deturpada (Hailer, 2014). Em vídeos e imagens de internet, sua carreira acadêmica é deslegitimada e sua figura torna-se um alvo de ofensas e acusações por diversas figuras públicas, inclusive do Deputado Federal recentemente eleito Presidente da República, Jair Bolsonaro. A indignação com as violências sofridas mantém a professora mergulhada em campanhas e movimentos sociais (idem, ibidem); além disso afirmou que o terror que provoca em reacionários de má-fé é consequência do seu exercício constante de promover encontros improváveis e produzir espaços democráticos (Lionço, 2016). Mais recentemente, Débora Diniz recebeu ameaças de morte por telefone e redes sociais em função de seus posicionamentos acadêmicos e políticos pela garantia de direitos sexuais e reprodutivos de mulheres (Justificando, 2018). Ambas, professoras doutoras, referências em suas áreas de estudo e militantes feministas. A “Ideologia de Gênero” que lhes é atribuída transforma-as em inimiga das famílias e alvo de violências. É mais do que uma moralidade religiosa: posto em prática, este projeto busca a destruição das dissidências.

“Em que pese o caráter retrógrado e anti-cidadão de tais posicionamentos, ao fazer das questões de gênero e sexualidade uma controvérsia sobre o ‘humano’ e a sobrevivência da sociedade, os setores mais conservadores da Igreja Católica, seus sequazes e outros grupos que aderiram a esse discurso parecem ter encontrado um meio eficiente de afirmar e disseminar seus valores, recuperar espaços políticos e angariar mais apoio. [...] No entanto, em todos os casos, mesmo quando não explicitamente em cena, a matriz religiosa do discurso continua a soprar os papéis.” (Junqueira, 2017: 233)

As ciências da educação têm papel fundamental na tradução, produção e difusão de estudos sobre gênero e sexualidade no Brasil. Podemos recuperar o enfrentamento à epidemia de AIDS nos anos 1990, a chegada dos estudos queer pelo trabalho de Guacira Lopes Louro nos anos 2000 e a multiplicação de pesquisas e intervenções sobre trajetórias escolares, formação continuada docente e indicadores de violência e discriminação ao longo dos 2010. Produções tão diversas como estudos sobre gênero, sexualidade, direitos humanos, infância ou formação docente, valendo-se de teorias marxistas, feministas, multiculturais, pós-estruturalistas, freireanas, foucaultianas, psicanalíticas, sócio-históricas, dentre inúmeros exemplos. Trata-se, portanto, de um campo de conhecimento, no que

14 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

pese sua diversidade constitutiva, consistente, rico, rigoroso e implicado que é rotulado e enfrentado pelos movimentos contra a “Identidade de Gênero”. Mais ainda, o discurso científico não foi suficiente para impedir o seu uso na virada conservadora das políticas públicas nos últimos anos.

A sexualidade na pauta educativa

A imagem que o Brasil tem no exterior é a de um país alegre, acolhedor e libidinal¹⁵. Uma imagem associada a maior festa popular que temos, o carnaval. Momento de muita música, poucas roupas e rostos alegres em meio ao calor dos trópicos. Esta imagem, representa bem o país nestes dias de fevereiro, mas não o representa nos outros dias do ano. Somos um país com uma grande desigualdade social, temos milhões de pessoas na linha da pobreza¹⁶, e marcados por violências e assassinatos, especialmente contra as mulheres¹⁷ e a comunidade LGBT¹⁸.

As questões de gênero, junto à gravidez na adolescência e à prevenção da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, caracterizaram a urgência social, um dos critérios adotado pelo Ministério da Educação (Brasil, 1998) para que a orientação sexual fosse um dos temas a serem trabalhados nas escolas, além das áreas tradicionais de conhecimento.

Estes temas, chamados de temas transversais, deveriam ser aplicados não como uma área de conhecimento em aulas formais e sim que seus conteúdos perpassassem todas as disciplinas ministradas. Um debate que deveria ser trabalhado por todos os profissionais do ambiente escolar, seja numa aula de português, de matemática ou de geografia, e também em projetos interdisciplinares.

Esta proposta vigorou de 1997 a 2014, e deixou de fazer parte do Plano Nacional de Educação em meio à polêmica desta chamada “Ideologia de Gênero”.

“No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e subsequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, reiterando os posicionamentos de autores como [Jorge] Scala, afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero” (Reis; Eggert, 2017: 17).

15 Libidinal no sentido de pessoas que se relacionam bem com seu corpo e com a sua sexualidade.

16 Segundo Oliveira (2017), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE divulgou no dia 15/12/2017 que 25, 4% da população vivem na linha de pobreza, perfazendo cerca de 50 milhões.

17 De acordo com levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), a taxa de homicídios de mulheres em 2016 foi de 4,5 em cada 100.000, sendo ainda mais alto entre mulheres negras (5,3); além disso, atesta 49.497 registros policiais de estupros para o mesmo ano.

18 O levantamento de notícias e notificações sobre assassinatos por LGBTfobia realizado pelo Grupo Gay da Bahia (2018) indica que, em 2017, 445 pessoas foram mortas nestas condições no país.

Como explica Nascimento (2015), o atual Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 2014, com três anos de atraso, pela articulação de deputados conservadores e fundamentalistas à suposta “Ideologia de Gênero” e em defesa da ainda mais suposta família tradicional, composta por um homem e uma mulher (cisgêneros e heterossexuais, evidentemente). A “Ideologia de Gênero” foi inventada para uma disputa política e sua disseminação aparentemente permitiu cumprir seus objetivos: das 25 unidades da federação com os Planos Estaduais ou Distrital de Educação aprovados até julho de 2016, apenas 13 fizeram constar referências à igualdade de gênero, ainda que por vezes sem o uso do termo explícito¹⁹. Mais ainda, o Ministério da Educação retirou, de forma abrupta e inesperada, a expressão ‘orientação sexual’ das Bases Curriculares Comuns Nacionais em 06 de abril de 2017²⁰.

“Importante destacar que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008, 2010 e 2014, nem a versão inicial do Plano Nacional de Educação, fazem menção do termo “ideologia de gênero”, e sim têm por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual. Não obstante, os argumentos levantados por diversos setores contrários afirmam que esses documentos deliberaram pela inclusão da “ideologia de gênero e de diversidade sexual” nos Planos Estaduais e Municipais de Educação.” (Reis; Eggert, 2017, p. 17)

O impedimento às discussões de gênero, sexualidade, corpo e direitos no campo da educação, através de uma rotulagem de “Ideologia de Gênero”, foi uma reação à ampliação (ainda que insuficiente) dos debates, ações e modificações estruturais para garantia de direitos e enfrentamento à violência contra mulheres e população LGBT. Também o foi para os diversos projetos de capacitação profissional, de produção de materiais didáticos e paradidáticos, de prêmios para pesquisas e de práticas pedagógicas, investigações científicas sobre indicadores de violência e discriminação, além dos programas de estratégias de prevenção. Há muito a acontecer e o PNE deveria recuperar e aperfeiçoar este processo, mas tornou-se um campo de disputa e de enfraquecimento de produções que priorizam os direitos humanos. De fato, foi um processo de articulação entre movimentos que trabalharam por um fim comum:

“las bancadas políticas religiosas han logrado echar atrás la inclusión del enfoque de género de los principales marcos reguladores de la educación pública brasileña. Pese a sus diferencias, ha existido una amplia confluencia entre líderes religiosos neo-pentecostales y católicos en sus estrategias de difusión del pánico moral contra la “ideología de género”, presentada como un enemigo moral que debe perseguirse, así como en las luchas para excluir expresiones como “igualdad de

19 <http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero/>. Data de acesso: 08 de outubro de 2018.

20 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>. Data de acesso: 08 de outubro de 2018.

género”, “orientación” y “diversidad sexual” del Plan Nacional de Educación”.(Viveros Vigoya, 2017: 230).

Vale destacar que a força conservadora já se anunciava antes do PNE. No ano de 2011, o Ministério da Educação centralizou suas ações em gênero e sexualidade em um projeto chamado Escola Sem Homofobia, que incluía a produção de materiais pedagógicos para docentes e discentes, além de vídeos para utilização em aulas do ensino médio.

“Tal projeto foi financiado pelo MEC e executado em parceria entre a Pathfinder do Brasil; a Reprolatina - Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ECOS – Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (São Paulo-SP); com o apoio da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); da GALE – Global Alliance for LGBT Education; e da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT do Congresso Nacional” (Conselho Federal de Psicologia, 2011: 2).

Vários legisladores, publicamente identificados como cristãos, questionaram na internet o conteúdo dos materiais, que estavam em fase de finalização. Intitularam o projeto de “Kit Gay”, que seria inadequado para crianças e adolescentes e teria como objetivo produzir certas formas de configuração do corpo e do desejo – como se subjetividades infantis fossem tábulas rasas para inscrição de conteúdo e como se um projeto pedagógico tivesse tais capacidades e intenções. Organizações de direitos humanos posicionaram-se de forma diametralmente oposta aos políticos; consideraram que:

“[...] [tais] materiais apresentados para o Projeto Escola Sem Homofobia estão adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam, com linguagem contemporânea e de acordo com a problemática enfrentada na escola na atualidade” (Conselho Federal de Psicologia, 2011: 3).

Já naquele momento, tratava-se de uma disputa, não só entre o que se pode falar para crianças e adolescentes, mas quem deve decidir: a moral ou a ciência.

“Em 25/05/2011, como desdobramento das polêmicas que vinham envolvendo setores mais conservadores da Câmara dos Deputados e o movimento LGBT, a distribuição da cartilha [do Projeto] é suspensa pela presidente Dilma Rousseff[f]. [...] As polêmicas geradas pelo conteúdo do kit trouxe[ram] à tona as forças conservadoras da sociedade, materializada[s] nas reações da bancada religiosa da Câmara dos Deputados de retaliações e ameaças ao governo. Dentre as diversas alegações, diziam que o material dos vídeos induzia opções sexuais [sic]. Diante disso, a presidente alega que o governo não cessará a campanha contra a homofobia, e que o material será revisto, garantindo que ‘o governo não fará propaganda de opções sexuais’ e que ‘não deve interferir na vida privada das pessoas’” (Garcia, 2011: 12).

As produções técnico-científicas não foram justificativa suficiente para a manutenção de um projeto educacional; criou-se um apelido e o material do “Escola Sem Homofobia” se transformou pejorativamente no “Kit gay”, apelido que circulou muito mais do que o nome oficial. Mais ainda, inventou-se um suposto objetivo de doutrinação dos corpos e subjetividades da população infantojuvenil. O recuo do então governo federal de esquerda em nome de uma suposta intimidade e, com isso, adequando-se a um sistema de violência e discriminação, foi um aceno às forças conservadoras. Mas não ficaram satisfeitas com tão pouco. De fato, não se tratou de um ato isolado. Ainda que este artigo tenha foco em experiências brasileiras, faz-se necessário perceber a disseminação internacional deste movimento. Rodríguez Rondón (2017) relata que um projeto similar na Colômbia sofreu o mesmo tipo de ataque com notícias falsas, campanhas de difamação e acusação dos responsáveis até a suspensão do material pela Presidência da República. Mais ainda, analisa que não foi simplesmente um ato de ignorância, mas parte de uma certa noção de política.

“Negarse a transformar las condiciones estructurantes de la homofobia y la transfobia en los colegios [...] no fue el producto de la alienación ni del cálculo racional, sino una decisión ética: la de optar por un proyecto de nación en el que la guerra no se sitúa en un pasado pedagógico, sino que es el medio de construir, en un presente performativo, una ‘comunidad política imaginada’ que tiene como condición la exclusión violenta de quienes habitan el espacio del exceso al que refiere la ideología de género” (Rodríguez Rondón, 2017: 144).

Hoje, é possível perceber que a suspensão do Projeto Escola Sem Homofobia foi um ensaio para o posterior avanço contra o Plano Nacional de Educação e para a atual campanha contra a “IdG” que se vivencia não apenas no Brasil.

Ressonâncias encontradas

A educação acontece em todos os espaços, sejam eles formais, que ocorrem dentro de uma estrutura de ensino, ou não. Assim, em qualquer estabelecimento, seja educativo, comercial, cultural ou familiar, há uma relação de aprendizagem. Neste sentido, de forma rizomática, através de uma multiplicidade de linhas, eles se conectam afetando os conhecimentos.

Na educação formal, que se refere ao ensino fundamental, para alunos de 6 a 14 anos, e ao ensino médio, para alunos de 15 a 17 anos, a retirada da orientação sexual do currículo escolar em 2014 fez com que a escola não tivesse mais espaço para apresentar novos analisadores sobre a sexualidade. Caminhamos para a antiga prática de silenciamento por parte dos professores e técnicos educacionais sobre a temática.

Com isso, neste turbilhão informacional gerado pelas mídias em geral, mais especialmente pela internet, informações incorretas aumentam entre os jovens, pois apesar da escola se silenciar, outras fontes não se silenciam.

Nota-se um certo medo de manifestações da diversidade sexual e de gênero e nas redes sociais circulam duas informações falsas, para impedir o debate: primeiro, de que o suspenso Projeto Escola Sem Homofobia será executado; e, segundo, que sua execução terá o objetivo de fazer com que jovens tornem-se compulsoriamente lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Assim, no cotidiano do trabalho psicoterapêutico, por exemplo, aparece o relato de um adolescente que chora ao afirmar que não quer ser gay e que é preciso uma mobilização para que isto não aconteça. Inversões no discurso que remetem à inferência de que um material educativo possa transformar-se em um material mágico e nocivo, pois transmite a ideia de que o contato com o material didático fará automaticamente alguém se transformar num gênero que não deseja ser.

Estas situações têm aparecido mais nos consultórios de psicoterapia, pois ainda não temos os dados de como esta nova realidade está configurada dentro dos espaços educativos formais. Verifica-se que há profissionais publicando relatos semelhantes em redes sociais, como uma denúncia ao novo quadro apresentado. É o exemplo da psicanalista Silvia Bellintani:

“Ele entra sem dizer uma palavra e logo começa a chorar. pergunto o que aconteceu e ele me diz, assustado, que foi abordado por um cara da faculdade, com as seguintes palavras: – e aí, seu *viadinho* de merda, já viu as pesquisas? vai aproveitando até o dia 28 pra andar de mãozinha dada, porque, quando o mito assumir, acabou essa putaria e você vai levar porrada até virar homem.” (Brum, 2018: Web, grifos da autora).

Outra psicanalista relata que “o ódio deitou no meu divã e não saiu mais. entra e sai gente: criança, adulto, adolescente, e esse é o tipo de afeto que circula. desde o final do primeiro turno, o ódio tomou mais corpo. mais corpos” (Kartz em Brum, 2018: web). Estas posturas de ódio sobre a diversidade se misturam à defesa do candidato presidencial de extrema-direita. Assim, nem o corpo pode ser mostrado, mesmo que seja num simples ato de amamentação da mãe a um bebê em espaço público, como mostra Brum (2018: web): “Uma amiga estava amamentando seu filho, que tem menos de um ano, em uma padaria próxima à sua casa, quando passaram dois caras e um deles gritou, olhando pra ela: ‘quando ele ganhar, essas vagabundas não vão mais poder fazer isso!’”. Todas as instâncias da vida vêm sendo afetadas, na medida que o ódio vem sendo instaurado, pois os espaços de debates, de dissonâncias, de democracia vêm diminuindo.

Quando os conhecimentos dos profissionais da educação são negados, ignorando os saberes construídos e combatendo os posicionamentos críticos frente às situações, abre-se espaço para a irracionalidade e com ela o ódio protagoniza cada vez mais o cenário.

Isto se fortalece no cotidiano das escolas, pois, também desde 2014, os professores estão sendo ameaçados ou processados caso falem em algo que os alunos ou seus pais entendam como “Ideologia de Gênero”. Seguindo manuais produzidos pelo movimento “Escola Sem Partido”, há uma orientação para que o corpo docente filme, fotografe ou grave as aulas para utilizar em denúncias e processos judiciais contra os docentes.

“A escola também se constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas de banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa ‘praia’. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.” (Sayão, 1997: 112).

Apesar dessa solicitação ser impossível no momento, é isto que um professor(a) precisa fazer para não ser processado. A internet popularizou, inclusive, um modelo de ação extrajudicial para que a comunidade possa intervir em qualquer conteúdo ministrado que considere moralmente indesejado. Com isso, um cerceamento diário aos conteúdos e à postura dos profissionais vem sendo implantado.

“O debate sobre ideologia de gênero chegou aos grupos de WhatsApp de pais e mães de alunos. Circula nesses espaços um modelo de notificação extrajudicial direcionado a escolas, divulgado pelo procurador regional da República Guilherme Schelb, que atua na proteção da infância e da juventude e mantém um site dedicado ao tema. O documento argumenta que a educação moral e religiosa dos filhos cabe aos pais ou responsáveis legais e que a escola, se desrespeitar esse direito, pode ser acionada judicialmente por danos morais.” (Barbosa, 2017: web.)

Um desnorreamento vem tomando conta da categoria dos profissionais da educação em função desse cerceamento jurídico. Este quadro tem gerado dificuldade para os docentes darem continuidade ao seu trabalho. Por isso, há sindicatos que, para manter a liberdade de cátedra, já produziram cartilhas orientando os docentes no modo de proteger-se de situações de intimidação e assédio. Por exemplo:

“1) Reúna evidências – registre as agressões e/ou salve as mensagens contendo ameaça, lembrando sempre de registrar também datas e horários. Procure testemunhas que possam confirmar sus denúncias; 2) Se estiver sendo filmado contra a vontade, faça reclamação formal na direção da sua unidade;” (APUB, 2018: Web).

Nesta nova realidade, para exercer a docência, os professores necessitarão aprender a conviver com a judicialização dessa sociedade.

A educação superior não fica imune à retirada da orientação sexual do PNE: os cursos de formação de professores e os cursos de formação continuada tenderão a

reduzir, ou até mesmo a ignorar, os conteúdos referentes aos conhecimentos sobre gênero, discriminação, prazer, corpo, cultura e sexo. Ou seja, referências à sexualidade vão, novamente, deixando de ser transmitidos aos professores.

Porém, a consequência mais funesta deste quadro talvez seja o ataque à autonomia das universidades, que vem sendo questionada e grupos de pesquisa já constituídos têm sofrido interferências externas ao meio acadêmico em suas ações. O Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação (GPMTE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) recebeu uma notificação, do Ministério Público Federal, de instauração de um inquérito civil por denúncia que os acusa de “promover pregação política e ideológica de vertentes socialistas”. Nas palavras da notificação: “[...] é escabroso que uma Universidade Federal sirva de ninho, de balão de ensaio para que militantes de esquerda fiquem trabalhando nos seus delírios ideológicos, bancados com recursos públicos e inculcando tais ideologias nos alunos” (Lima, 2017: web). Isto aconteceu porque nos materiais que falam da “Ideologia de Gênero” havia uma associação de teóricos da sexualidade a uma base que chamam de esquerda marxista.

Outro grupo de pesquisa que sofreu represália foi o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo Marinho; Santos e Vigné (2017), o grupo teve pesquisadores sendo perseguidos, tanto docentes como discentes. Estes incidentes, que não tiveram tanta divulgação como o que aconteceu na educação básica, desautorizam o saber científico e ameaçam um campo de conhecimento historicamente constituído.

Na educação não formal, manifestações de censura fizeram com que os espaços públicos de arte, como centros culturais e museus, fossem diretamente afetados. Um movimento, que se diz proteger as crianças do contato nocivo de imagens sexualizadas, fez com que eventos fossem cancelados ou que só funcionassem em áreas restritas e com definição de idade mínima à participação. Setembro de 2017, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, aconteceram diversas manifestações no Santander Cultural contra a exposição “Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira”, que contava com 270 obras de 85 artistas sobre questões de gênero e sexualidade. A exposição era marcante não apenas pelo conteúdo, como também pela aposta na diferença como motor da curadoria, com obras organizadas de forma a produzir composições e tensões. E, de fato, fazia parte de um processo de expansão, no Brasil dos últimos anos, de produções sobre e a partir da comunidade LGBT²¹, com uma perspectiva de desconstrução da normatividade imposta no conhecimento, na prática artística, nos

21 Tavares (2017: 31-33) lista alguns exemplos: o espetáculo “BR Trans”, de 2015; os filmes “Hoje eu quero voltar sozinho” e “Praia do Futuro” de 2014, “Tatuagem” de 2013 e “Beira Mar” de 2015; os músicos populares Johnny Hooker, Liniker, Não Recomendados, Maria Gadú, As Bahias e Cozinha Mineira; os programas da Rede Globo de Televisão “Amor e Sexo” e “A Força do Querer”.

corpos e nas subjetividades (Fidelis, 2017). Isso significa que a exposição não estava sozinha, mas fazia parte de um processo e, ao mesmo tempo, que a revolta conservadora era um ataque não apenas contra o Queermuseu, mas contra todas essas produções.

Após protestos de grupos religiosos e de uma organização de juventude neoliberal reacionária, tanto com vídeos e textos na internet e manifestações em frente ao museu e dentro das galerias, com abordagens agressivas aos espectadores, o Santander Cultural decidiu por suspender a exposição, um mês antes do prazo previsto (Balieiro, 2018). Ora, como Gaudêncio Fidelis, curador da exposição, já prenunciava no catálogo: “[...] os avanços conquistados são frágeis, não apresentam um caráter de permanência e podem a qualquer momento sucumbir vertiginosamente a ondas abomináveis de conservadorismo. [...] Uma resistência de reconhecer a diferença como uma manifestação da vida democrática” (Fidelis, 2017: p.10).

As obras apresentavam, dentre outras imagens, cenas de relações sexuais, releituras corporais de figuras religiosas e possibilidades de manifestações infantis dissidentes em termos de gênero. O imenso esforço artístico foi resumido pelos movimentos conservadores em três termos: zoofilia, sacrilégio e pedofilia. Frente a estas palavras, que ninguém estava a defender, o debate estava encerrado. A qualidade das obras, a escolha da curadoria, a organização do espaço, os formatos de exibição: nada interessava. Em nome da “Ideologia de Gênero”, os debates que se queria produzir estavam extintos, pois estes conteúdos não podem ser pauta. Mais ainda, os posicionamentos reacionários conseguiram o apoio das instituições financeiras – o centro cultural, pertencente a um banco espanhol, temia boicotes e problemas com a sua reputação. Com isso, tenta-se destruir a possibilidade de acesso às obras, o que coaduna com as análises de Proctor:

“The mechanisms involved in producing or maintaining ignorance can change over time, and once things are made unknown—by suppression or by apathy—they can often remain unknown without further effort. Once lost or destroyed, a document or a species or a culture does not spring back to life” (Proctor, 2008:08).

A suspensão da exposição virou tema dos principais telejornais do país. Em um deles²², do canal de maior audiência, a reportagem trouxe falas tanto de um artista quanto de uma militante reacionária, além de entrevistas com o curador da exposição e uma professora-pesquisadora, bem como fragmentos de notas públicas da instituição cultural e manchetes de jornais internacionais sobre o fechamento da exposição. Mas, além de tudo, o jornal apresentou, ao longo da reportagem, imagens de importantes obras da exposição, e deu destaque àquelas

22 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/polemica-do-cancelamento-da-exposicao-queermuseu-tem-repercussao-internacional/6142778/>. Data de acesso: 20 de outubro de 2018.

especialmente acusadas por tratarem de tabus: “Travesti da lambada e deusa das águas”, de Bia Leite; “Cruzando Jesus Cristo com Deusa Schiva”, de Fernando Baril e “Cena de Interior II”, de Adriana Varejão. A respeito da última obra, pintada em 1994, Fidelis (2017b, p.40) afirma que ficou em posição privilegiada na entrada da exposição, pois sua “[...] intensidade histórica, conceitual e estética é exemplar da força da imagem que é possível encontrar nesta exposição. Ela mostra o avanço da pintura brasileira como manifestação crítica diante do processo de colonização do país”.

Aqui, apresentamos a citada obra que evidencia o jogo entre exhibir e proibir o sexo em diferentes espaços, mostrando visibilidades libidinais das privacidades.



Figura 8. Pintura Cena de Interior II, de Adriana Varejão²³.

O último Censo do IBGE, de 2010, registra mais de um milhão e quatrocentos mil habitantes na cidade de Porto Alegre, e mais de dez milhões em todo o Rio Grande do Sul²⁴. Quantas pessoas viram as imagens pelo telejornal? As obras tiveram um alcance completamente inesperado e incontrolável. Isso significa que, mais do que proibição, o esforço dos movimentos de “Ideologia de Gênero” é regular as questões de gênero e sexualidade dentro de um certo registro: “El caso brasileiro ilustra con claridad la emergencia y delimitación de fronteras sexuales a partir de

23

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/e/e0/Cena_de_interior_II%2C_de_Adriana_Varej%C3%A3o.jpeg. Data de acesso: 22 de outubro de 2018..

24 <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>. Data de acesso: 22 de outubro de 2018.

conceptualizaciones sociales y morales que etiquetan como peligrosas, pervertidas o patológicas las prácticas e identidades sexuales no normativas” (Viveros Vigoya, 2017: 231).

Para eles, pode-se falar de gênero, desde que seja pela proibição do debate. Pode-se falar de sexualidade, desde que seja para anunciar os perigos que as crianças correm. Vale todo tipo de explicitação e exibição, desde que seja com o objetivo de negatizar. Tendo como exemplo o quadro de Varejão descrito acima, aparentemente também se quer silenciada a denúncia da desigualdade produzida por nossa história colonial. A única fala permitida é com objetivo de produzir e reiterar interditos e, assim, alimentar relações hierarquizadas de poder. Como já discutido longamente por Foucault (1999), trata-se de uma vontade de saber e de uma produção regulada dos discursos e dos modos de existência, com efeitos de multiplicação e capilarização de estratégias de poder.

A manifestação reacionária não pode ser lida simplesmente como falta de conhecimento sobre arte ou sobre gênero e sexualidade. Pelo contrário, há uma insistência em desqualificar e rejeitar toda a produção científica e artística sobre o tema. Não se trata de disputa. Não há espaço ou interesse, por parte das forças conservadoras, ao diálogo ou ao debate. A proibição do Queermuseu pode ser assustadora, mas não foi um equívoco ou uma ignorância. Estes movimentos reacionários sabem o que querem destruir para estabelecer suas relações de poder. Deste modo, poucos dias depois, ainda em setembro de 2017, o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) recebeu a performance²⁵ “La Bête”, realizada pelo artista Wagner Schwartz, na abertura do 35º Panorama de Arte Brasileira. Em uma releitura da obra “Bicho”, da artista plástica Lygia Clark, o performer estava nu, em uma sala, e seu corpo estava disponível para ser movimentado pelas pessoas presentes – como uma versão humana das esculturas de Clark. A obra, assim, rompe a fronteira entre artista e público, posto que os presentes intervêm e testemunham o acontecimento. Entre as pessoas que interagiram durante a performance, estava uma criança acompanhada pela mãe; a pequena toca nos pés e na mão do artista.

25 O termo performance, no presente texto, refere-se a um tipo de manifestação artística que ocorre em um lugar determinado, com ou sem público, e que tende a combinar outras expressões artísticas, como teatro, artes plásticas, mímica, música, poesia, dentre outras. Nesta forma de manifestação, a partir de planejamento prévio, o artista atua buscando, com sua ação e suas relações com o entorno, transmitir a ideia de sua obra.

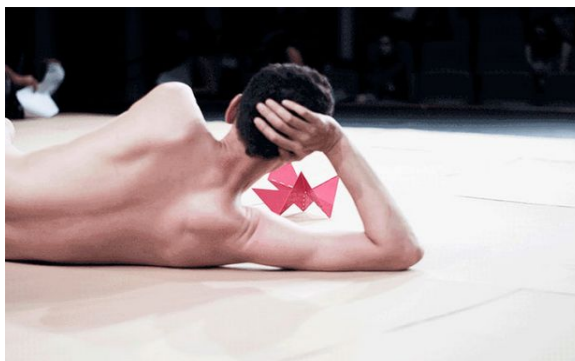


Figura 9. Cena de divulgação da performance “La Bête”²⁶

Nós, autores deste texto, não estávamos presentes na performance. Mas foi fácil ter acesso a partes dela, pois foi registrada em vídeos e fotos pelos presentes e espalhadas pela internet através das redes sociais. De fato, grande parte da divulgação não era como um retrato da performance artística, mas fragmentos descontextualizados para realizar críticas contra a participação de crianças naquele espaço. Rapidamente, houve uma massa de manifestações virtuais contra a instituição, além de denúncias ao Ministério Público (MP). Figuras políticas e religiosas manifestaram publicamente seu incômodo e pregaram contra a suposta ameaça que se apresentava em um museu. Tanto o artista quanto o MAM-SP responderam aos questionamentos, mas nada disso impediu a difusão das imagens. Conforme Balieiro (2018), o artista, além de sofrer perseguição virtual e 150 ameaças de morte, foi chamado a depor na Polícia e também no Senado Federal.

Tudo isto justificado pela proteção às crianças. Mas, se a imagem da criança circulou indiscriminadamente na internet e pouco ou nenhum zelo tiveram os chamados defensores da moralidade, a quem se queria proteger? A mãe da criança decidiu pela importância da presença da menina em um espaço de formação estética e cultural, mas foi desqualificada por sua decisão. O artista é acusado de pedofilia. O corpo da menina está exposto, não pela performance, mas em vídeos que ela ou a mãe não têm controle. O corpo dela, é visto e falado, fazendo com que sua privacidade fosse atacada em nome de um bem maior, em nome da segurança. “Segurança” do quê, de quem? A performance se tornou polêmica, sem nenhum zelo pela criança, pelo artista, pela exposição ou pelo museu. Estes foram apenas usados como disparadores para estratégias conservadoras. Conforme discutido ao longo deste texto, concordamos com a assertiva de Junqueira:

“[...] vale afirmar que existe ‘teoria/ideologia de gênero’. Existe, mas não conforme descrevem ou denunciam os cruzados antigênero. Existe como invenção vaticana polêmica. É um sintagma forjado para operar como uma arma política, enquanto dispositivo retórico, metadiscursivo, paródico e reacionário. Um dispositivo que, de

²⁶ <https://goo.gl/ejzyVG>. Data de acesso: 08 de outubro de 2018.

um lado, age para conter ou anular o potencial crítico e emancipador do feminismo e dos Estudos de Gênero e deslegitimar atores e reivindicações neles fundamentados. De outro, enseja a valorização, o acúmulo e a recuperação de capital social e político por parte de setores tradicionalistas e ultraconservadores – especialmente o campo eclesiástico” (Junqueira; 2017: 233-234).

Na medida em que a “Ideologia de Gênero” se organiza como um dispositivo discursivo, ela produz efeitos nos modos como vivemos, sentimos e agimos no mundo. Em outras palavras, engendra mecanismos de produção de subjetividade.

Considerações

Nossa análise não se pretende exaustiva ou conclusiva sobre a temática de “Ideologia de Gênero” e educação. Interessou-nos perceber os processos pelos quais a pauta da “IdG” mobiliza, organiza ou impede pautas no campo educacional. Assim, o presente artigo fez um esforço para compreender a constituição do movimento que se propõe acusar e enfrentar a “Ideologia de Gênero”, entendendo sua articulação com diferentes forças conservadoras. A partir disso, foi possível identificar e compreender algumas (de inúmeras) ações de repressão, violência e censura no campo educacional contra debates sobre gênero no campo educacional.

O que percebemos é que a categoria “Ideologia de Gênero” se fortalece no país especialmente através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial, as redes sociais se fazem disseminadoras dessa ideia. Para isso, usam uma linguagem simples, com mensagens breves e superficiais, que acessa diferentes camadas sociais, culturais e econômicas, fazendo com que este conceito pseudocientífico se socialize na sociedade brasileira, por conta de condições de possibilidade para sua propagação.

“Nuestra sociedad-red es el entorno ideal para que la pseudociencia se desarrolle y extienda con mucha facilidad por todos los rincones del tejido social utilizando para ello el manejo con eficaz de las herramientas comunicativas propias del sistema.” (López-Cantos, 2017: p.360)

Mais ainda, elegem inimigos: neste texto, pudemos recuperar os ataques dirigidos contra as pesquisadoras Judith Butler, Tatiana Lionço e Débora Diniz, contra o artista Wagner Schwartz, contra as instituições Santander Cultural, GEPMTE-UFMG e NEIM-UFBA e contra as políticas públicas como o Projeto Escola Sem Homofobia ou mesmo o Plano Nacional de Educação. Diferentes mobilizações repressivas que, em comum, utilizam-se das TICs para construir um inimigo comum, mas difuso e insidioso, que nomeiam como “Ideologia de Gênero”, como parte de um projeto de nação que não passe pelo diálogo ou pela democracia.

Deste modo, reforçam tabus e mitos desta cultura, indo contra o que Furlani (2003) propõe como ponto importante a ser trabalhado em educação sexual. Ao mesmo

tempo, esta linguagem simples (pois se faz por imagens ou por frases curtas) é de rápido acesso a uma grande parte da população. É uma linguagem que não visa educar, não visa criar analisadores que façam as pessoas refletirem sobre si e sobre sua realidade, apenas visa dar um recado, palavras de ordem. Como um flash, estabelece ideias que reafirmam o status quo.

Esta prática gera uma sensação de empoderamento aos usuários, que participam dessas narrativas sem se preocupar com uma reflexão crítica, com a qualidade e veracidade das argumentações ou com algum tipo de base teórica, o que cria um sentimento de igualdade, culminando em uma sensação de direito na exposição de ideias, quaisquer que sejam em termos de origem e fidedignidade. Assim, há uma valorização da exposição de ideias simplificadas, através de imagens ou de textos, e uma constante desvalorização de textos mais elaborados, com um maior número e maior profundidade argumentativa, em especial a produção acadêmica. O atual cenário do Brasil indica uma desvalorização dos pesquisadores da temática em prol de um saber senso comum e religioso. Os livros e pesquisas sobre gênero e sexualidade, por conseguinte, vêm sendo constantemente rotulados de defensores da "Ideologia de Gênero", portanto nocivos e contrários a família cristã. Mais exatamente, qualquer pesquisa feita em torno destas questões não merece ser considerada, posto que teria a intenção de destruição da família. Não se trata nem ao menos de um processo de crítica e reflexão para posicionamento, mas uma negação prévia com estilo de censura.

Este modo de produção das análises do mundo indica uma sociedade de controle (Deleuze, 1992), sociedade iconizada pela velocidade e por flutuações informacionais "[...] onde informação, desinformação, fatos, fotos, falas, imagens, escândalos e boatos marcam e remarcam as ações da sociedade." (Chiaradia, 1998, p.20). O controle não se exerce apenas no corpo, não é um controle físico, ele se exerce através da gestão da vida, através do biopoder (Foucault, 2002) e sua atuação se dá na produção de subjetividades. Esta subjetividade, segundo Guattari e Rolnik (1986), é uma produção incessante que acontece a partir de uma variedade de encontros, de acontecimentos. A subjetividade é fabricada no registro social e assim não é passível de totalização, pois é uma produção incessante.

Neste momento, vê-se o crescimento de uma nova máquina se fortalecendo no dispositivo de sexualidade, como o foi a masturbação nos séculos XVIII, XIX e parte do XX (Foucault, 2014, 2010, 2005, 2002, 1999; Rago, 2015). Contudo, agora, o que a população teme, como "corruptora da juventude", não é mais a masturbação. É, sim, a ideia viralizante de uma outra nefasticidade que intitulam de "Ideologia de Gênero", ignorando a produção científica de décadas em prol de uma família que se diz cristã, mas que ignora as necessidades de todos os não heterossexuais, não casados e não monogâmicos.

"A través de los diferentes accesorios digitales se determinan diversas realidades juveniles, que de alguna manera han contribuido a la definición o reafirmación de

percepciones, comportamientos y actitudes de la propia identidad, incluyendo la identidad de género, que en ocasiones propicia violencia simbólica o entornos agresivos.” (Serrano Barquín; Serrano Barquín, 2014: 96).

Práticas persecutórias com grande amplitude, pois são dirigidas às comunidades LGBT, aos profissionais da educação que trabalham com conceitos teóricos marxistas e/ou de gênero, às universidades e às expressões culturais e não religiosas. Estas práticas desrespeitam a diversidade como uma grande teia, enredando todas as camadas etárias da população. Há um forte movimento de normalização da sexualidade através de uma máquina abstrata, de subjetivação, que engendra fluxos ameaçadores às expressões críticas e à liberdade democrática de nossa sociedade.

No momento do encerramento deste texto, tomados pelas notícias da eleição do próximo Presidente da República, declaradamente ultradireitista e contrário ao que chama de “Ideologia de Gênero”, cria-se imensa preocupação com o reforço das perseguições e silenciamentos de pesquisadoras e pesquisadores para manutenção do status quo. Entretanto, e este é nosso posicionamento político, tal situação crítica é também um imperativo para continuarmos a produzir ciência (e, mais especificamente, estudos de gênero e sexualidade) de forma rigorosa, qualificada e inventiva, conjugada com a democracia, a garantia de direitos, a transformação social para redução das desigualdades e a produção de futuros cada vez mais múltiplos.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. (1981): História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

APUB - Associação dos professores universitários da Bahia – Sindicato. (2018) "Cartilha de recomendações aos docentes: como se proteger de situações de intimidação, assédio e defender a liberdade de cátedra" em: <http://www.apub.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CARTILHA-PROFESSORES-PARA-REDES-SOCIAIS.pdf> [Data da consulta: 12 de dezembro de 2018].

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo (2018): "'Não se meta com meus filhos': a construção do pânico moral da criança sob ameaça" em Cadernos Pagu: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200406&lng=pt&nrm=iso. [Data de consulta: 25 de outubro de 2018].

BARBOSA, Renam. (2017). "Pais querem notificar escolas contra ideologia de gênero: Modelo de aviso serve para pais questionarem conteúdos escolares que contrariem seu direito de educar moral e religiosamente os filhos" em Jornal Gazeta do Povo: <https://www.gazetadopovo.com.br/justica/pais-querem-notificar-escolas-contraria-ideologia-de-genero-a537ytnq5g3w3lixr1gezbjgj/> [Data da consulta: 12 de dezembro de 2018].

BRASIL. (1998): Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação.

BRUM, Eliane. (2018) "'O ódio deitou no meu divã': Relatos de psicanalistas revelam a violência que cresce e se infiltra no Brasil com a possibilidade de Jair Bolsonaro chegar à presidência da República" em El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/politica/1539207771_563062.html [Data da consulta: 12 de dezembro de 2018].

BUTLER, Judith. (2010). Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. (2001). "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". Em: LOURO, Guacira Lopes (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.

CASSAL, Luan Carpes Barros; MARINHO, Vanessa Pereira (2016): "Pequeno manual de sobrevivência à 'Ideologia de Gênero'" em Revista Hipótese, v.2, n.3, pp.311-328.

CHIARADIA, Cristiana de França. (1998): Uma história social da AIDS: Estudo de caso sobre a incidência da AIDS em Itajaí/SC. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2011). "Parecer Projeto 'Escola Sem Homofobia'", em Conselho Federal de Psicologia: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/02/parecer_tecnico_projeto_escola_sem_homofobia.pdf. [Data de consulta: 22 de outubro de 2018].

DELEUZE, Gilles. (1992): Conversações. São Paulo: Editora 34.

FAUSTO-STERLING, Anne (2001): "Dualismo em duelo" em Cadernos Pagu, n. 17/18, p. 9-79.

FOUCAULT, Michel. (2014): Ditos e Escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2010): Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora Martins Fontes.

_____. (2005): Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitário.

_____. (2002): Em defesa da sociedade. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

_____. (1999): História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.

FIDELIS, Gaudêncio. (2017): "Queermuseu: táticas queer em direção a uma curadoria não heteronormativa" em FIDELIS, Gaudêncio (org). Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira. São Paulo: Santander Cultural, pp.10-14.

FÓRUM BRASILEIRO DA SEGURANÇA PÚBLICA (2018): Atlas da violência 2018: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_atlas_violencia_2108_Infografico.pdf. [Data de consulta 22 de outubro de 2018].

FREITAS, Cezar de Freitas (org). (2001): História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez/ USF-IFAN.

FRIGOTTO, Gaudencio. (2017). "A gênese das teses do Escola sem partido: esfinge e ovo de serpente que ameaça a sociedade e a educação" em _____. (Org). Escola "Sem" Partido. esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ªed.Rio de Janeiro: LPP-UERJ, v. 1, p. 17-34.

FURLANI, Jimena. (2003): Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual. Belo Horizonte: Autêntica.

GARCIA, Aline Monteiro. (2011): O que sou? Do que gosto? Identidades em análise nas lutas em defesa da diversidade sexual. Niterói: Dissertação (mestrado em psicologia), Universidade Federal Fluminense.

GRUPO GAY DA BAHIA (2018): "Relatório 2017" em Homofobia mata: <https://homofobiamata.wordpress.com/2017-2/>. [Data da consulta: 22 de outubro de 2018].

GUATTARI, Felix. (1991): As três ecologias. Campinas: Papirus.

____; ROLNIK, Suely. (1986): Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.

HAILER, Marcelo. (2014): "Vagabunda. Pedófila. Depravada" em Revista Fórum Semanal: <https://www.revistaforum.com.br/digital/134/puta-vagabunda-pedofila-depravada/>. [Data de consulta: 29 de outubro de 2018].

HARAWAY, Donna. (2004): "'Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra" em Cadernos Pagu, n.22, pp.201-246.

JUNQUEIRA, Rogério. (2017): "'Ideologia de Gênero'": a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais" em RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKIN, Gabriela Campos. (orgs). Gênero, sexualidade e direitos humanos: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via Editora, pp.221-236.

JUSTIFICANDO (2018): "Ameaçada de morte, antropóloga Débora Diniz será incluída em programa de proteção" em Justificando: <http://www.justificando.com/2018/07/25/ameacada-de-morte-antropologa-debora-diniz-sera-incluida-em-programa-de-protecao/>. [Data de consulta: 29 de outubro de 2018].

LIMA, Evandro Condé. (2017): "Pra variar, o judiciário", em GGN: O jornal de todos os brasis / Comentários: <https://jornalgggn.com.br/noticia/fora-de-pauta-1417>. [Data de consulta: 25 de outubro de 2018].

LIONÇO, Tatiana. (2016): "Sou um risco social. Venceremos!" em Revista Fórum: <https://www.revistaforum.com.br/eu-sou-um-risco-social-venceremos/>. [Data de consulta: 29 de outubro de 2018].

LÓPEZ CANTOS, Francisco. (2017): "Comunicación pública de la pseudociencia: homeópatas y orgonitas 2.0" em: Razón Y Palabra, Vol. 21, No. 1, pp. 355-372.

____; MILLÁN YESTE, J. (2018): "La difusión de discursos pseudocientíficos en la radio pública española. El programa Complementarios de RNE-Radio 5" em: Revista Latina de Comunicación Social, 73, pp. 317-330.

LOURO, Guacira Lopes. (2004): Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica.

MARTINS, Thiago.(2018) "Dados da internet no Brasil em 2018", em Marketing sem gravata. Inovação sem nó: <https://marketingsemgravata.com.br/dados-da-internet-no-brasil-em-2018/>. [Data da consulta: 19 de outubro de 2018].

NASCIMENTO, Leonardo. (2015): "Qual ideologia de gênero? A emergência de uma teoria religiosa-fundamentalista e seus impactos na democracia" em Albuquerque – revista de história, v.7, n. 13, pp.85-100.

NASCIMENTO, Maria Livia; CHIARADIA, Cristiana de França. (2017): "A retirada da orientação sexual do currículo escolar: regulações da vida" em Sisyphus Journal Of Education, v. 5, nº 1, pp. 101- 116, 2017.

OLIVEIRA, Nielmar (2017): "IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza" em Agência Brasil/ Economia: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. [Data da consulta: 23 de outubro de 2018].

ONUBR. (2018): "Subsecretária-geral da ONU defende educação sobre sexualidade para empoderar os jovens", em Nações Unidas do Brasil: https://nacoesunidas.org/subsecretaria-geral-da-onu-defende-educacao-sobre-sexualidade-para-empoderar-os-jovens/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29. [data da consulta: 18 de outubro de 2018].

PRECIADO, Paul Beatriz. (2014): Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 edições. _____. (2013):"Qui defend l'enfant queer?", em Libération: http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947. Tradução disponível: <http://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>. [Data de consulta: 30 de janeiro de 2015].

PROCTOR, Robert. (2008): "Agnotology: A Missing Term to Describe the Cultural Production of Ignorance (and Its Study)" em PROCTOR, Robert; SCHIEBINGER, Londa. (org). Agnotology: The Making and Unmaking of Ignorance. Stanford: Stanford University Press, pp.01-33.

RAGO, Margareth. (2015): "Foucault, o onanismo e a criança" em RESENDE, Haroldo de (Org.) Michel Foucault: O governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. (2017): "Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros" em Educação e Sociedade, v. 38, n. 138, pp.9-26.

REVISTA CULT. (2017). "Sesc Pompeia sofre ataques por sediar evento com Judith Butler." em Revista Cult: <https://revistacult.uol.com.br/home/sesc-pompeia-judith-butler/> [Data de consulta: 13 de dezembro de 2018].

REVISTA VEJA (2017). "Participação de Judith Butler em evento causa protestos: Autora do termo 'performatividade de gênero' vem ao país para seminário sobre democracia." em Revista Veja: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/judith-butler-evento-sesc-pompeia/> [Data de consulta: 13 de dezembro de 2018].

RODRIGUÉZ RONDÓN, Manuel Alejandro. (2017). "La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética em la política colombiana" em Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, n. 27, pp.128-148.

SANTA-BARBARA, Isabel Scrivano Martins; CUNHA, Fabiana Lopes; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. (2017) . "Escola sem partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades" em FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Escola 'sem' partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/ LPP, 2017, v. , p. 105-120.

SAYÃO, Yara. (1997):" Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários" em AQUINO, Julio Groppa (org.) Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus.

SERRANO BARQUÍN, Carolina; SERRANO BARQUÍN, Rócio. (2014): "Ciberacoso en estudiantes universitarios: diagnóstico y medidas correctivas para intervenir en la violencia de género expresada en redes sociales" em Revista de Comunicación de la SEECI, número extraordinário, pp.94-101.

TAVARES, Márcio. (2017): "Cultura brasileira, cultura de massas, cultura queer". em FIDELIS, Gaudêncio (org). Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira. São Paulo: Santander Cultural, pp. 31-33.

VIVEROS VIGOYA, Mara. (2017). "Intersecciones, periferias y heterotopías en las cartografías de la sexualidad" em Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, n. 27, 2017, pp. 220-241.